

SETE TESES SOBRE A GEOGRAFICIDADE

SEVEN THESIS ON GEOGRAPHY

SIETE TESIS DE GEOGRAFIA

Tom Adamenas e Pires

RESUMO

O presente trabalho analisou os fundamentos e desdobramentos das proposições seminais da ideia de geograficidade surgidas no contexto brasileiro e europeu. Considerou-se que um conjunto restrito de autores deu diferentes interpretações e articulações ao termo em questão, servindo como embasamento ao uso em novas pesquisas. Realizou-se a exploração teórica de sete autores fundamentais: Paul Michotte, Eric Dardel, Yves Lacoste, Werther Holzer, Ruy Moreira, Elvio Martins e Mariane Biteti. Atravessados estes universos teóricos, procedeu-se à análise dos modos como estas teses são articuladas nas demais pesquisas, buscando observar a adequação do sentido proposto pelo pesquisador à ideia de geograficidade, com o autor que fundamenta esta articulação. Observou-se ampla permeabilidade do termo na geografia brasileira, mas ainda possuindo desencontros entre os usos propostos e os fundamentos teóricos articulados, apontando para uma ainda existente necessidade de sistematização dos debates em torno das diferentes ideias de geograficidade que circulam.

Palavras-chave: geograficidade; ontologia; epistemologia; história do pensamento geográfico.

ABSTRACT

This paper analyzes the foundations and development of the seminal propositions of the idea of geographicity that appeared in the Brazilian and European context. It was considered that a restricted set of authors gave different interpretations and articulations to the word at attention, serving as a basis for its use in new research. Theoretical exploration of seven key authors was carried out: Paul Michotte, Eric Dardel, Yves Lacoste, Werther Holzer, Ruy Moreira, Elvio Martins and Mariane Biteti. Observed these universes, the research moves towards the objective of observing the ways in which these theses are articulated by other researchers, aiming to observe the adequacy of the meaning proposed by the researcher to the idea of geographicity, with the author that underlies this articulation. There was a wide permeability of the term in Brazilian geography, but still remain disagreements between the uses proposed for the word and the theoretical foundations that are articulated, pointing to a existing need to systematize the debates around the ideas of geographicity that circulate.

Keywords: geographicity; ontology; epistemology; history of geographic thought.

RESUMEN

Este artículo analiza los fundamentos y el desarrollo de las propuestas fundamentales de la idea de geograficidad que apareció en el contexto brasileño y europeo. Se consideró que un conjunto limitado de autores dio diferentes interpretaciones y articulaciones al término en atención, sirviendo como base para su uso en nuevas investigaciones. Tuvo lugar una exploración teórica de siete autores clave: Paul Michotte, Eric Dardel, Yves Lacoste, Werther Holzer, Ruy Moreira, Elvio Martins y Mariane Biteti. Observado estos universos, la investigación avanza hacia la observación de las formas en que estas tesis son articuladas por otros investigadores, con el objetivo de observar la adecuación del significado propuesto por el investigador a la idea de geografía, con el autor que subyace a esta articulación. Hubo una gran permeabilidad del término en la geografía brasileña, pero aún existen desacuerdos entre los usos propuestos para la palabra y los fundamentos teóricos que se articulan, lo que señala la necesidad existente de sistematizar los debates en torno a las ideas de geograficidad que circulan.

Palabras clave: geograficidad; ontología; epistemología; historia del pensamiento geográfico.

Introdução

Vem sendo sistematicamente incorporado ao léxico da ciência geográfica brasileira, nas últimas décadas, o termo geograficidade. Apesar do caráter de doxa que ronda sua aplicação às pesquisas, o presente trabalho parte do entendimento que esta aparente normatividade carrega consigo uma série de inconsistências, expressando uma dificuldade no reconhecimento das distintas fundamentações existentes para o termo, utilizando-o como uma espécie de caixa-preta¹. Neste sentido, foi considerada a necessidade de uma sistematização sobre as conceituações originais dadas à geograficidade para assim auxiliar àqueles que venham a fazer uso do termo ou mesmo busquem

1 “A expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, a não ser o que nela entra e o que dela sai” (Latour, 2011, p. 04).

enveredar em discussões comparativas.

Foram encontradas sete propostas que buscaram conceituar ou utilizar o termo geograficidade de forma original. As próximas páginas serão dedicadas à análise expositiva destas propostas para que então seja realizado um breve sobrevoo sobre a produção acadêmica brasileira que faz uso do termo, buscando assim iluminar os possíveis pontos de descompasso entre os conceitos e suas aplicações. Antes, uma pequena abordagem lexical, proposta por Cirqueira (2015, p. 241):

Geograficidade deriva do vocábulo geográfico, se enquadrando no grupo de substantivos que são formados a partir de adjetivos. De acordo com Cunha e Cintra, na Nova Gramática do Português Contemporâneo, “os substantivos derivados, geralmente nomes abstratos, indicam qualidade, propriedade, estado ou modo de ser”. Geograficidade advém da junção do termo geográfico com o sufixo -dade. Laudelino Freire, em seu Dicionário da Língua Portuguesa, mostra que -dade provém do sufixo latino -tatem, sendo um elemento de composição que forma substantivos femininos abstratos que indicam: qualidade, características, essência (dignidade, castidade); ideia de ação realizada, efeito, ato (crueldade); coleção (mortandade, cristandade). O sufixo -ité, na língua francesa, corresponde ao sufixo -dade, na língua portuguesa. Então, géographicité equivale à geograficidade.

Qualidade, características, essência, ideia de ação realizada, efeito, ato, coleção... todas estas indicações podem, em algum momento, ser atribuídas à ideia de geograficidade. Como veremos ao longo deste trabalho, não há uma necessária linearidade quanto aos significados empregados ao termo, ainda que sempre associados ao que reconhecemos hoje como discussões sobre “teoria e método” na ciência geográfica. Cada autor aqui recolhido encontrou, a seu tempo, um encaixe diferente para a discussão. Vamos a eles.

Paul michotte e a origem do termo

Entre os fatos de superfície, há alguns que escapam ao determinismo rígido que o princípio de conectividade supõe, caso encontrado notadamente na geografia humana – a isso teremos de voltar posteriormente. O geógrafo pode, portanto, tomar uma das três seguintes posições: negar a “geograficidade” desses fatos – algo notável, nenhum geógrafo jamais adotou esse modo de ver; ou então forçar as leis naturais, forjar todo tipo de relações que não existem,

concluindo a partir das influências possíveis as influências reais. (...) Enfim, o geógrafo pode ainda, na hipótese aqui em questão, abandonar o princípio de conectividade e evocar, sem qualquer motivo legítimo, algum outro critério. (MICHOTTE, 1921, pp. 13-14).

O que é essa geograficidade dos fatos, que nenhum geógrafo até então negou? Essa é a questão que o geógrafo belga Paul Michotte se coloca em 1921² e, até onde se sabe (ROBIC, 2004; Besse, 2009), com o inédito uso do termo que servirá como pedra-de-toque ao trabalho que temos ora em tela. Pondo-se este problema no coração de um contexto de renovação da ciência geográfica – ou, segundo ele mesmo, de “ressurreição” da ciência geográfica belga e francófona – Michotte procura dar seu próprio acabamento sobre o que entende ser o objeto particular desta disciplina, um objeto “que a geografia possa legitimamente reivindicar para si mesma sem ser acusada de roubo” (MICHOTTE, 1921, p. 17), um objeto que se possa declarar indiscutivelmente carregado de uma geograficidade.

No contexto da publicação de seu artigo de 1921, Michotte aponta que a geografia, dentro de seu processo de desenvolvimento teórico, ainda possui lacunas epistemológicas expressivas. De acordo com sua leitura, as demais ciências já possuíam métodos próprios razoavelmente estáveis e, quando necessário, realizavam debates internos capazes de rearranjar a própria disciplina. A ciência geográfica e os geógrafos, por sua vez, raramente punham em pauta esses temas, inviabilizando uma maior solidez na definição de um objeto. O que ele enxerga, porém, é um reconhecimento antigo por parte dos geógrafos, mais ou menos generalizado, da geografia como uma ciência de síntese, algo como uma “ciência geral da Terra”, definição da qual ele discorda inteiramente. Para ele

[...] o objeto próprio da geografia deve consistir em “delimitar” e “descrever” os diversos “espaços terrestres” caracterizados por um modo de povoamento, por um tipo de habitação, etc... e posteriormente, encerrado esse trabalho preliminar, pesquisar as causas, o porquê dessas diferenças regionais (MICHOTTE, 1921, p. 29).

2 MICHOTTE, Paul. L'orientation nouvelle em géographie. Bulletin de la Société Royale Belge de Géographie, Bruxelles, ano 45, v. I, 1921, pp. 05-43.

Essa posição unifica a geografia em seu método e objeto, apontando para uma não dualidade disciplinar em seu pensamento, para quem as geografias humana e física se consolidam enquanto ciência através da identificação, mediante um método, da geograficidade presente nos fatos de superfície.

Nos resume Besse essa primeira aparição do termo geograficidade:

1/ ele concerne à determinação disso que pode ser chamado “geográfico”, designado especificamente como tal; 2/ no caso de Michotte essa determinação toma forma de pesquisa em um campo da objetividade, ou seja em um conjunto distinto de fenômenos, aos quais a geografia, como ciência, irá se ocupar; 3/ a noção de “geograficidade” é associada a uma reflexão epistemológica a qual a intenção essencial é identificar a geografia entre as demais ciências graças a formulação de um campo de objetos dos quais ela se ocupa. (BESSE, 2009, p. 286).

Apesar da questão sobre a identificação do objeto particular à geografia e a discussão epistemológica daí suscitada não serem novas neste momento – encontramos-la nitidamente desde Kant e em obras de geógrafos como Reclus, Ritter, Hettner, Humboldt, Ratzel etc... –, apontar a geograficidade como síntese dessa resposta foi concretamente algo de novo. A entrada de termos, conceitos ou categorias novas no seio de um debate não é fruto de mera aleatoriedade, mas a demarcação de uma posição que se busca efetivar (KUHN, 2013). Neste caso, de uma ciência que procura sua consolidação; de uma disciplina que procura os pressupostos para que possa construir “novos enunciados” (FOUCAULT, 2014, p. 29).

Eric Dardel e a geografia em ato

É publicado na Paris de 1952 o livro *O Homem e a Terra – natureza da realidade geográfica*, de Eric Dardel. Entretanto, apesar do forte eco gerado por esta obra na geografia produzida a partir da década de 1970, particularmente na América anglo-saxônica, sua publicação foi, à época, eclipsada (HOLZER, 1993, p. 114), e a este fato nos endereçaremos brevemente. É Raffestin quem faz um primeiro esforço de compreensão do hiato existente entre a publicação do livro de Dardel e sua aceitação, quando escreve o artigo *Pourquoi n’avons-nous pas lu Eric Dardel ?*, em 1987, e se coloca, em tom bastante elogioso, categórico: “O drama de Dardel foi o de estar à frente do pa-

radigma de seus contemporâneos” (RAFFESTIN, 1987, p. 473), paradigma partilhado pelos geógrafos francófonos de então e que buscava, bem ou mal, dar conta do contexto histórico-geográfico que atravessava a França, a Europa e parte do mundo, sob o guarda-chuva da chamada geografia ativa (MOREIRA, 2004, p. 21). Sobre o que se pode considerar como sendo o pensamento próprio de Dardel – e que o afasta de seus contemporâneos – uma conhecida passagem.

Mas antes do geógrafo e de sua preocupação com uma ciência exata, a história mostra uma geografia em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes. Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma geograficidade (*géographicité*) do homem como modo de sua existência e de seu destino. (DARDEL, 2011, pp. 01-02)

Este trecho de *O Homem e a Terra*, logo seu segundo parágrafo, já demarca o âmbito da proposta de Dardel, centrando-a mais em uma perspectiva filosófica e existencialista do que se reconhecera como sendo concernente à ciência geográfica, especialmente a da época. A relação homem-terra apontada aqui não diz respeito imediato aquilo que se entende por produção, localização e distribuição dos objetos, transformação material da natureza através do trabalho, mas sim ao aspecto afetivo e subjetivo que atravessa a existência humana em sua condição terrestre. O uso dos termos “vontade”, “inquietude” e “amor” deslocam a geografia do planejamento em direção à ontologia, pois falam daquilo que constitui a potência de agir dos indivíduos antes de falar daquilo que se produzirá. Besse (2009, p. 288) aponta a geograficidade dardeliana como opondo-se à objetividade científica por buscar dar conta dos “aspectos fenomenológicos da presença humana no mundo”. Tornou-se também fato notório o reconhecimento de Dardel como o responsável pela aproximação da geografia não só à filosofia, mas também à arte, sendo esta ponte estabelecida principalmente pela influência da fenomenologia, particularmente a heideggeriana, em seu pensamento.

O descolamento paradigmático dardeliano, ao opor-se abertamente ao fazer geográfico – e científico em geral – de sua época, busca costurar aspectos afastados pelo pragmatismo modernista que dominava a produção teórica de então. A proposta de geograficidade articulada pelo geógrafo francês realoca o ser humano em sua relação com a terra, retirando-a do binarismo sujeito-objeto e a institui na interdependência, em uma “relação concreta”. “A realidade geográfica está fundada já na experiência

humana de ser-com”, indicam Marandola Jr. & Dal Gallo (2015, p. 184) sobre o sentido co-dependente do ser humano e da terra na gênese da geografia tal qual Dardel a propõe.

Terra é apelo ou confiança, que a experiência do rio, da montanha ou da planície é qualificadora, que a apreensão intelectual e científica não pode extinguir o valor que se encontra sob a noção. Medo, admiração, simpatia, participamos ainda, por mais modernos que sejamos, por um acordo ou desacordo fundamental, do ritmo do mundo circundante. Entre o Homem e a Terra permanece e continua uma espécie de cumplicidade no ser. (DARDEL, 2011, p. 06).

Há nessa perspectiva um referenciamento a estruturas afetivas na relação homem-terra em questão que são desenvolvidas anteriormente à modernidade, indicando um campo de experiências humanas que está condicionado a esse momento originário da humanidade, pré-cognitivo, do qual as ciências modernas são debitárias, mas não capazes de dar conta com as estruturas teóricas e metodológicas que tem ao seu dispor (MARANDOLA Jr. & Dal Gallo, 2015, p. 184). Trata-se da “relação concreta” indicada em O Homem e a Terra, aquela permeada por afetividade, e que permitiria ao ser humano envolver-se verdadeiramente com sua subjetividade. Besse indica como resultante do binarismo relacional dardeliano a apropriação da noção de mundo, sendo este uma porta de entrada no reconhecimento da influência do pensamento de Heidegger. O mundo, antes de ser “o conjunto de objetos e de seres existentes [...] é relativo ao Dasein” (BESSE, 2011, p 115). Heidegger, ao opor-se/avançar sobre a obra de Husserl, trata da questão ontológica como uma possível resposta sobre o que é a ciência e sobre como conhecer o mundo. Dardel, valendo-se das ferramentas fenomenológicas husserlianas e heideggerianas, aplica essa problemática à geografia, buscando desvelar o sentido humano desta ciência e formaliza seu encaminhamento através da categoria geograficidade, expressão da relação entre humanidade e terra sob seu aspecto essencial, ontológico.

Yves Lacoste e a questão corporativa

“Ainda que não seja muito bonito, eu proponho esse termo ‘geograficidade’ (géographicité) em simetria aquele de ‘historicidade’ (LACOSTE, 1979, p. 69). É a terceira vez que o termo aparece no decorrer da história do pensamento geográfico e, novamente,

em sentido distinto daqueles que o precederam. Trata-se, em verdade, de artigo que surge como um acerto de contas de Lacoste consigo mesmo. Havia publicado, em 1976, a primeira edição de *A geografia* – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra, onde tece longa crítica aquilo que vinha sendo considerado, dentro dos círculos universitários, como propriamente “geográfico”, digno de ser analisado por este campo do saber. Essa crítica surge nomeada: Vidal de La Blache. Foi ele, argumenta, quem estruturou as condições que permitirão a geografia universitária francesa “rejeitar, desde seus primeiros passos, esses problemas [os da geopolítica], para se afirmar como ciência, como se evocá-los significasse correr o risco de desacreditá-la como ciência” (LACOSTE, 2012, p. 108). Tentemos cercar melhor essa afirmação.

Lacoste (2012, p. 108) lembra que, durante o século XIX, a geografia acadêmica possuía um leque bastante amplo de atuação e de assuntos que permeavam suas teses: Humboldt escrevera, em 1811, ensaios políticos sobre Nova Granada e Cuba; Ratzel “impunha a antropogeografia e a geografia política” nos idos das décadas de 1880 e 1890; O anarquista Reclus já se apresentava como um autor fundamental à história do pensamento geográfico com sua *Nouvelle géographie universelle*, composta por 19 volumes, publicados entre 1875 e 1892, além de *La Terre* (1869) e *L’homme e la Terre* (1905). Todos estes trabalhos consideravam, no âmbito de suas análises, aspectos políticos além daqueles de caráter estritamente “físico” ou demográfico. Fato este, segundo Lacoste (2012, p. 108), à época “nada tinha de extraordinário”, posto ser este o campo de atuação dos geógrafos. Em 1903, porém, é publicado o *Tableau géographique de la France*, onde La Blache estabelece para “a quase totalidade dos membros da corporação [acadêmico geográfica] o modelo de descrição da geografia regional” (LACOSTE, 1979, p. 68). Trava-se das conexões entre as geografias “humana” e “física”, donde elementos como o Estado, a geopolítica, o rural e o urbano são postos em grave segundo plano, estabelecendo enfim a geografia como uma “ciência dos lugares, não dos homens”.

(...) a partir de Vidal de La Blache, fundador da escola geográfica francesa, e a partir do Quadro de geografia da França (1905), imediatamente considerado como um modelo de descrição e de raciocínio geográficos, o discurso dos geógrafos universitários (é o que desde então, se chama “geografia”) vai excluir toda referência ao político e mesmo a tudo aquilo que faz pensar nisso – a ponto de terem sido “esquecidas”, durante muitos decênios, as cidades e a indústria. (LACOSTE, 2012, p. 105).

O que se tem com La Blache é um retrocesso, pontua Lacoste, pois uma redução

daquilo que se colocava como a totalidade do campo de atuação do geógrafo. É esta sua posição em 1976: o modelo “vidaliano” reduziu a geografia em suas possibilidades, reduzindo-a ao limitado contexto das descrições regionais não politizadas, i.e., que não consideram as disputas políticas na conformação das estruturas geográficas do mundo. Passa-se, contudo, que três anos após a publicação de seu cânone um artigo reestrutura seu argumento primordial, revendo se não a realidade da geografia acadêmica do período analisado, o papel de La Blache nesse processo e as possibilidades por ele dadas de reconsideração sobre o que havia sido escrito. À bas Vidal... Viva Vidal ! (1979), ainda não traduzido para o português, reconsidera algumas posições de Lacoste sobre La Blache, no que concerne o conteúdo das críticas a este tecidas em seu livro de 1976, sendo o termo geograficidade a chave argumentativa central deste artigo. “Se o pequeno livro *La géographie, ça cert, d’abord, à faire la guerre* (1976) causou escândalo, foi em grande parte por te colocado em questão, em termos pouco acadêmicos, o modelo de ‘geograficidade’ imposto ao nome de Vidal” (LACOSTE, 1979, p. 69). O questionamento desenvolvido, já apontamos, é referente à redução do escopo de atuação da ciência geográfica que La Blache seria responsável por causar. Uma redução, portanto, do “modelo de geograficidade”. Lacoste desenvolve mais acuradamente sua tese sobre a geograficidade em artigo de 2005, dedicado a Élisée Reclus. Ali aponta:

Por uma concepção mais ou menos genérica de geograficidade, eu compreendo a gama, ampla ou restrita, das diversas categorias de fenômenos que em determinada época e em certas circunstâncias históricas, um geógrafo renomado ou um grupo de geógrafos, considera como geográficas, ou seja, dignas de atenção científica, não dando ampla atenção ou deixando de escanteio outras categorias de fenômenos, ainda que estas sejam, à época, evidentes à maioria dos intelectuais e dirigentes políticos. (LACOSTE, 2005, p. 30).

A denúncia dirigida contra La Blache é, portanto, a de restringir os fenômenos que mereceriam atenção dos geógrafos, ainda que estes fenômenos fossem objetos de atenção de outros campos do saber. Trata-se do modelo vidaliano. A emergência do termo, em 1979, contudo, surge para apontar um outro Vidal de La Blache; um outro modelo vidaliano; enfim, uma outra geograficidade vidaliana. Lacoste refere-se ao livro *La France de l’Est*, de 1916, que “como a maioria dos geógrafos franceses, eu não havia lido – mea culpa – quando escrevi *La géographie, ça cert, d’abord’ à fair ela guerre*” (LACOSTE, 1979, p. 71). *La France d’Est* não é um livro com preocupações acadêmicas, atrelado ao modelo de geograficidade vidaliana de seu Quadro..., “mas uma demonstra-

ção política: Alsácia e Lorena devem ser reanexadas à França” (LACOSTE, 1979, p. 72).

Em um contexto de guerra, La Blache é impulsionado a escrever politicamente. Demonstrar a pertinência da reintegração das supracitadas localidades ao território francês, ainda que considerada a cultura germânica ali dominante, o leva a tomar em consideração outros aspectos que circundariam a ideia de nacionalidade, tais como “as características econômicas, sociais, políticas e de seus fatores de transformação” (LACOSTE, 1979, p. 73), em suma, tudo aquilo que havia sido descartado da geografia produzida no século XIX e que o geógrafo mal havia tangenciado em suas obras antecessoras. Se acompanhamos Lacoste, trata-se de uma reconfiguração do modelo de geograficidade a partir de um contexto histórico determinado – e, acrescentamos, visando um fim específico. Este outro modelo vidaliano de geograficidade – o de La France de l’Est –, apesar de retomar parte da dimensão atuante de Reclus e Ratzel, por exemplo, é sumamente ignorado por aqueles que, na academia, tinham como referência o La Blache do Quadro de geografia da França. “Para se avaliar a profundidade do esquecimento no qual caiu esse livro, basta constatar que André Meynier, cuja veneração pelo mestre é muito grande, não faz uma só referência a essa obra em sua História do pensamento geográfico na França, nem mesmo na bibliografia” (LACOSTE, 2012, p. 109). Imputa-se em definitivo a Vidal de La Blache um modelo de geograficidade que não foi aquele por ele desenvolvido quando se considera esta obra escrita ao final de sua vida. Se até o Quadro a noção do geográfico era relativamente estanque, dada por um conjunto de características consideravelmente pré-definidas, em La France de l’Est esta noção se torna mais fluida, cambiante, pois determinada por um conjunto menos estável de fatores de influência – mas não por isso, em absoluto, menos rigorosa. Cabe então entender o leitmotiv que acompanha esse deslocamento do modelo vidaliano de sua própria obra. É esta questão que leva Lacoste a considerar a influência de Lucien Febvre – um historiador – sobre a ciência geográfica.

É preciso, portanto, levar em consideração que a “mensagem vidaliana” foi reformulada por um historiador empreendedor e que Lucien Febvre, instituindo-se árbitro no processo [“imperialista”] que os sociólogos fazem aos geógrafos, argumenta no lugar destes últimos, uma vez que eles permanecem mudos no debate teórico. (LACOSTE, 2012, p. 116).

Febvre se lança assim em defesa da geografia e, ao mesmo tempo, com seu *La Terre et l’Evolution humaine*, de 1922, estabelece uma das principais bases teórico-epistemo-

lógicas da ciência geográfica à época. “Em verdade é Lucien Febvre quem formula as posições teóricas que são posteriormente atribuídas a Vidal, em particular aquela do ‘possibilismo’” (LACOSTE, 1979, p. 78). Não tendo La Blache desenvolvido maiores sistematizações sobre o assunto, Febvre assume essa posição a partir de sua obra. Se passa, porém, que o historiador não o faz sem maiores consequências negativas à ciência geográfica. Fala-se ali de uma “geografia humana modesta”, que não se aterá ao debate geopolítico, restrita assim em sua geograficidade. Lacoste (2012, p. 116) acusa o puro corporativismo:

Por que essa redução da geograficidade em relação àquela que se manifesta na obra de Reclus (Lucien Febvre a conhece, mas só fala muito pouco, e se tanto!) e em A França de Leste de Vidal? Porque é a ocasião em que um certo número de historiadores – os mais empreendedores – tem uma concepção cada vez mais abrangente de historicidade. Os da Escola dos Anais, em especial, ampliam as preocupações do historiador, mas também seu magistério, ao econômico, ao social, ao cultural, ao demográfico. Não é admissível, de forma alguma, uma geografia que arrisque acarretar uma ameaça qualquer à hegemonia que os historiadores exercem sobre o discurso que trata do político e daquilo que se refere aos Estados.

Lacoste está apontando assim para um fator externo de definição dos percursos teóricos e epistemológicos da ciência geográfica. Um historiador, interessado em geografia – ou no que considera como tal –, engaja-se em um debate corporativo em defesa desta ciência, mas o faz restringindo o leque de atuação destes profissionais, em nome de sua própria classe de intelectuais, a partir do que julga ser o central da obra de um geógrafo de sua admiração: “O sol, não o Estado: eis ao que se deve reter o geógrafo” (FEBVRE, 1922 APUD LACOSTE, 1979, pp. 79-80).

Salvo qualquer aspecto superficial neste “resumo” do último parágrafo, o que se observa e é permitido concluir sobre o encaixe da ideia de geograficidade no pensamento de Lacoste é estritamente relacionado ao aspecto histórico que o termo adquire. O campo de atuação do geógrafo – os fenômenos aos quais ele irá se reportar e analisar –, i.e., a geograficidade, é determinado por um conjunto amplo de fatores, que atravessam desde o contexto histórico em que se encontra a corporação, até o interesse de grupos, instituições e mesmo indivíduos que possam orbitar esta ciência, variando historicamente conforme o peso destes elementos, reorganizando enfim a prática profissional a ele atrelada.

Geograficidade em trânsito

Cinquenta e oito anos separam a geograficidade de Paul Michotte daquela de Yves Lacoste, estando Eric Dardel posicionado praticamente ao meio deste período. Cada um a seu modo – e com seu objetivo particular – buscou se posicionar à produção geográfica de seu tempo, utilizando para isso, de forma original, o termo geograficidade. Se há algum elemento comum que pode ser traçado entre os três geógrafos elencados neste capítulo – afora a francofonia – é o arrolamento do termo em questão no sentido do preenchimento de um vácuo teórico, ou de uma desestabilização teórica contextual, buscando a superação daquele momento. Se podemos nos valer de alguma sistematização prévia, Thomas Kuhn sugere que “o período pré-paradigmático, em particular, é regularmente marcado por debates frequentes e profundos a respeito de métodos, problemas e padrões de solução legítimos – embora esses debates sirvam mais para definir escolas do que para produzir um acordo” (KUHN, 2013, p. 121). Ora, a geograficidade, em ampla medida, aparece nos momentos pré-paradigmáticos, ou ainda de crise paradigmática encabeçando revisões epistemológicas no corpus geográfico, ao menos dentro de algumas distintas escolas. O notável nos casos explorados é que, apesar dos esforços, as proposições de Michotte e Dardel não ecoaram a seu tempo, sendo a solução acatada, para estes casos, outras. Apenas Lacoste, enquadrado no contexto da renovação crítica dos anos 1970, acaba tendo suas leituras servindo como base para desenvolvimentos teóricos num prazo mais curto.

A despeito da variedade proposicional de teses sobre a geograficidade entre as décadas de 1920 e 1970, flanando entre debates epistemológicos, históricos e ontológicos – sendo ou não incorporados pelas corporações de época – é este último campo teórico que se firmará, ao menos sob a perspectiva do debate acadêmico explícito, como o locus próprio da geograficidade trabalhada pela ciência geográfica brasileira. Apenas uma breve nota de tradução antes de abrir a análise do debate realizado no Brasil.

“A obra é tão ampla que geógrafos mais comprometidos com o conceito vidaliano de ‘geograficidade’ não a aceitam como geográfica, e sim, muito mais, como obra sociológica ou histórica”, escreve Manuel Correia de Andrade em 1985 (p. 19), referindo-se à obra *L’homme et la Terre*, de Élisée Reclus, traduzindo pela primeira vez, no Brasil³, o termo *geographicité*.

3 Segundo Maria Cecília França, tradutora da versão brasileira de *La géographie, ça sert...*, a primeira tradução da obra para o português data de 1977 e foi realizada em Portugal, com poucos exemplares aportando no Brasil (Lacoste, 2012, pp. 10-11, nota de tradução). De todo modo, essa edição ainda não continha as modificações relativas à posição de Lacoste sobre *La Blache*, que só serão incluídas após 1979, quando da publicação de seu artigo *À bas Vidal!*, portanto ainda sem a presença do termo *geograficidade*.

Segundo as referências que podem ser encontradas no texto de Andrade – uma introdução à tradução de um compilado de textos de Reclus, para a coleção Grandes Cientistas Sociais, da Editora Ática – a aproximação com o termo veio do artigo *Géographicité et géopolitique*: *Élisée Reclus*, escrito por Lacoste e publicado na revista *Herodote*, em 1981. Considerando-se o contexto e intenção com que Andrade usa a expressão, associamo-la à noção de geograficidade desenvolvida pelo próprio Lacoste, inclusive em sua comparação do modelo vidaliano de geograficidade com o de Reclus e outros geógrafos do século XIX, particularmente os alemães.

Em 1988 a editora Papirus publica uma tradução brasileira de *La géographie, ça sert...*, a partir da versão de 1985, a última reeditada por Lacoste. Trata-se da primeira publicação, no Brasil, com um desenvolvimento original sobre o tema da geograficidade. A despeito de ser precursora cronologicamente, esta acepção de geograficidade não encontrará a mesma permeabilidade na academia brasileira que a discussão ontológica do termo encontrou, a partir do recorte que Werther Holzer fará do trabalho de Eric Dardel, inicialmente em 1992 e, com maior profundidade, em 1998.

Werther Holzer e as ciências eidéticas

Defendida em 1992, a dissertação de mestrado de Werther Holzer traz, para o Brasil, a exposição inédita de uma acepção ontológica do termo geograficidade, a partir do proposto por Eric Dardel em seu livro *L’Homme et la Terre – nature de la réalité géographique*, à época ainda sem tradução para o português⁴. Neste momento trata-se mais de uma exposição da figura de Dardel e sua posição na história do pensamento geográfico do que uma análise ou apropriação e articulação de suas ideias, o que só viria a acontecer no desenvolvimento de sua tese de doutorado. Nesta, propondo-se a fazer, através de uma análise da “ontologia da espacialidade humana”, “um estudo fenomenológico relativo aos conceitos de paisagem e de lugar”, Holzer (1998) a estrutura em três partes: ‘a geografia e o método fenomenológico’, ‘paisagem e lugar na geografia cultural’ e ‘paisagem e lugar no Brasil do século XVI’, respectivamente. A articulação entre as três partes ocorrerá enquanto necessidade à melhor compreensão da estruturação que o autor propõe à geograficidade. O debate em torno desta, contudo, centra-se na primeira

4 A tradução só virá em 2011, realizada pelo próprio Holzer, sob o título *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*, publicada pela editora Perspectiva.

parte da tese, particularmente no tópico ‘a geograficidade e o ser-no-mundo’.

Sobre a definição de geograficidade, Holzer não hesita em se mostrar debitário direto de Eric Dardel:

A geograficidade é: “...a geografia em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes. Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível. A inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou procura de novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma geograficidade (geographicité) do homem como modo de sua existência e de seu destino”. (DARDEL, 1990 APUD HOLZER, 1998, p. 47)

Trata-se de trazer para o limiar do século XX o proposto pelo geógrafo francês cinco décadas antes: a geograficidade como um modo da existência, como um impulso à ação, como essência portanto, pois constitutiva do Ser. Há uma indicação no parágrafo anterior, encerrando o tópico ‘a geografia como ciência das essências’ da tese, que fornece mais luz – ou nos possibilita o aprofundamento – sobre o assunto, onde Holzer expõe que “a ciência regional do espaço seria a geografia e a sua essência seria o que Dardel denominou de geograficidade”. Encontramos em Husserl a raiz da ideia de região e ciência regional na acepção aqui apresentada.

Uma primeira distinção proposta por Husserl é a entre ciências eidéticas e ciências de fatos. Estas lidam com objetos reais, que possuem existência efetiva, exteriores. Identificamo-las como ciências da natureza. Já as primeiras circunscrevem como objetos aquilo que se dá no interior, aquilo que é essencial, objetos da percepção destituídos de propriedades reais, “de modo algum fatos” (HUSSERL, 2006, p. 28); tratam do que Hegel dizia ser “carentes-de-ser-aí”⁵. Às ciências de fatos agregam-se a história, a psicologia, a biologia, a geografia, etc., todas as ciências cujos fatos são contingentes, i.e., poderiam ser diferentes, desde que preservada sua essência, pois por ela são regulados (HUSSERL, 2006, § 2, pp. 34-35). As ciências eidéticas, por sua vez, dividem-se em duas: formais e materiais. As ciências eidéticas formais têm como ato fundante a apreensão intuitiva de essência do que é doado pela própria consciência, operando de forma exclusivamente eidética. Ainda que tratando de figuras que possam ser

5 “A matemática trata das abstrações do número e do espaço, mas que são ainda algo do sensível, embora sejam o sensível abstrato e carente-de-ser-aí”. (Hegel, 2012, p.68).

colocadas na experiência – como um triângulo numa lousa – os objetos das ciências eidéticas formais são indiferentes à existência. Já as ciências eidéticas materiais possuem sua fundamentação na apreensão intuitiva de essência da coisa material, daquilo que existe faticamente (HUSSERL, 2006, §§ 07-10, pp. 42-48). Operam, contudo, com e no conteúdo que se depreendeu da coisa material, não possuindo ligação com o que existe de fato. A partir desse conjunto de distinções, parte-se para a estruturação hierárquica dessas frentes de análise.

Toda a objetividade empírica concreta se insere, junto com sua essência material, num gênero material supremo, numa “região” de objetos empíricos. À essência regional pura corresponde então uma ciência eidética regional ou, como também podemos dizer, uma ontologia regional. (HUSSERL, 2006, § 09, p. 44)

O primeiro – ou o último – nível dessa estrutura se dá com as ciências de fatos e seus objetos. A cada objeto se predica uma essência – ou conjunto de categorias – que compõe o seu campo necessário. O que irá circunscrever qual o objeto dessa ciência de fato, bem como quais categorias o compõe, é o conjunto de discussões realizadas em uma determinada região ontológica, ou seja, uma – ou um grupo de – ciência eidética que se debruça sobre os pressupostos essenciais das ciências de fatos e seus objetos. É esse o campo de discussão do que Husserl chama de ontologia regional – ou eidética. Em *Ideias para uma fenomenologia pura* e para uma filosofia fenomenológica, coloca que “toda ciência de fatos (ciência de experiência) tem fundamentos teóricos essenciais em ontologias eidéticas” (HUSSERL, 2006, § 09, p. 44). E a isso se segue:

Se, no entanto, toda ciência eidética é por princípio independente de toda ciência de fatos, por outro lado vale o inverso para a ciência de fatos. Não há nenhuma ciência de fatos, plenamente desenvolvida como ciência, que possa ser pura de conhecimentos eidéticos e, com isso, independente das ciências eidéticas, quer formais, quer materiais. Pois em primeiro lugar é manifesto que uma ciência empírica, onde quer que efetue fundações de juízos mediadas, tem de proceder de acordo com os princípios formais tratados na lógica formal. (HUSSERL, 2006, § 08, pp. 43-44).

Essa passagem nos coloca ainda mais uma camada nesse conjunto de relações. Segundo Husserl, há como uma “região formal”, que não tem as demais regiões eidéticas ao seu lado, mas “sob si” e que “guarda ao mesmo tempo em si as formas de todas as ontologias possíveis em geral [...], ela prescreve às ontologias materiais uma cons-

tituição formal comum a todas elas” (HUSSERL, 2006, § 10, p. 47). Cabe, portanto, às ciências eidéticas formais a tarefa de fornecer a base lógico-formal para todos os demais conjuntos de ciências, inclusive às eidéticas materiais. Encontramos nesse grupo à parte a geometria, a lógica, a física teórica, etc.

Faz-se então claro que a essência da coisa material é ser res extensa e que a geometria é, assim, uma disciplina ontológica referida a um momento essencial da coisa, a forma espacial. Mas também se faz claro, além disso, que a essência geral da coisa (essência regional, no nosso linguajar) vai muito além. Isso se mostra quando esse desenvolvimento segue ao mesmo tempo na direção do aprimoramento de uma série de novas disciplinas a serem coordenadas pela geometria e destinadas à mesma função de racionalização do empírico. (HUSSERL, 2006, § 09, p. 45)

Essa posição de dependência de todas as ciências à ontologia formal, particularmente à geometria, deve ser entendida a partir do interesse de Husserl pela lógica e pela matemática, com vistas a fundar uma filosofia que fosse reconhecida como ciência rígida, com pretensões a um conhecimento puro e absoluto, descolado de qualquer relativismo ou historicismo. Uma filosofia como ciência do radical. Este ponto, porém, ainda não chegou ao limite da proposta fenomenológica husserliana, pois encontramos agora uma base matemático-objetiva do conjunto geral das ciências, inclusive as humanas, e é na fenomenologia transcendental que se coloca a virada em seu pensamento.

Se as ciências eidéticas estão relacionadas às ciências de fatos e seus objetos, e essa relação redundante em um caráter matematizado das ciências em geral, Husserl propõe então que haja um campo de investigação, um campo próprio da fenomenologia que daria seu caráter de radicalidade científico-filosófica, qual seja, o da fenomenologia transcendental, que cobre as estruturas eidéticas da intencionalidade no âmbito da experiência imediata, esta sim pré-científica, mas por isso mesmo condicionante de toda existência humana, à qual se somariam, de forma derivada, as ciências de fatos. Um embasamento imediatamente mundano e lógico-formal de todo o conhecimento.

Considerar a geografia no âmbito das ciências eidéticas é uma forma, aponta Holzer, de afastá-la de toda espécie de determinismo que esteja minando o caráter essencialmente humano que pertence à geografia, seja o de via economicista, seja o de via positivista-cartesiana. Essa proposta, recuperada de Dardel, acentua a

distinção entre o espaço geográfico e o geométrico. Se “o espaço geométrico é homogêneo, uniforme, neutro (...) [e se] a geometria opera sobre um espaço abstrato, vazio de todo conteúdo, disponível para todas as combinações” (DARDEL, 2011, p. 02), ela então possui uma posição regional essencialmente distinta da geografia.

Afirmar, portanto, a geografia como uma ciência eidética é viabilizar a realização da tese proposta por Holzer, que a coloca tendo como tema “o de uma ontologia da espacialidade”, agora indicada em sua particularidade e diferenciação com relação à geometria. Uma vez assegurada a posição da geografia como ciência eidética⁶, cabe apontar o papel da geograficidade como essência desta, isto é, como o predicável necessário de todo objeto contingente que esta ciência visar (HUSSERL, 2006, §§ 02-03, pp. 34-38). É esta estrutura, enfim, que permite a Holzer afirmar a geograficidade como a categoria antecipadora das demais categorias geográficas, como necessária a seu surgimento. Ela expressa a relação original do ser-no-mundo em sua facticidade mais imediata e fundamenta os demais desdobramentos especializados dessa relação, “tais como ‘região’, ‘território’, ‘paisagem’ e ‘lugar’” (HOLZER, 1998, p. 50).

Ruy Moreira e o sertão

Encontramos a definição de geograficidade, nos trabalhos de Ruy Moreira, pulve-

6 Pensamos ser necessário apontar neste momento um deslocamento existente entre a proposta husserliana de região ontológica e a forma como ela é incorporada por Holzer. Ao afirmar a geografia como uma “ciência das essências”, o geógrafo indica a posição desta no campo das ontologias regionais. Estas, porém, possuem a função de abordar as categorias e estruturas apriorísticas de uma determinada ciência de fatos. Se é a geografia uma ciência eidética, à qual ciência empírica ela se refere? E se a geograficidade é a essência desta ciência eidética, qual o objeto, e suas categorias determinantes, da ciência empírica subordinada a ela? Aponta-se a “espacialidade humana” como objeto da tese, mas isso nos leva a um segundo problema, que é o do local de encaixe deste objeto na estrutura proposta por Husserl, considerando desta vez um apontamento feito por Pickles (1985, p. 150), onde este indica que, após o estabelecimento da fenomenologia transcendental como responsável pela ponte entre o conjunto das ciências eidéticas e de fatos e a experiência humana imediata, caberá a dois de seus alunos desenvolverem esse tema em duas frentes: a natureza física e o ser humano. Coube a Martin Heidegger a tarefa desta segunda frente. Este irá se aplicar então ao desenvolvimento das categorias relativas ao ser. Em Ser e Tempo, assim como em trabalhos posteriores, ele se dedica a tratar de, entre outras coisas, a espacialidade humana em seu aspecto existencial, do que depreendemos que aquele objeto indicado por Holzer em sua tese se encontra no campo da fenomenologia transcendental, em uma discussão sobre a ontologia fundamental, não nas ontologias regionais. Em verdade, os encaminhamentos propostos por Heidegger neste âmbito servem para condicionar o devir da própria ciência geográfica, seus objetos, bem como as categorias e estruturas que uma ciência eidética da geografia poderia vir a formatar. Desconsideraremos, porém, esta divergência no desenrolar deste trabalho de forma a viabilizar o acompanhamento do argumento de Holzer sobre a geograficidade, e nos ocuparemos exclusivamente desta questão em outro momento.

rizada em diferentes textos.

Traçar um eixo condutor entre eles para, enfim, esmiuçar a estrutura do conceito proposta pelo autor é ao que nos dedicaremos nas próximas linhas. Por ponto de partida, três passagens:

Designamos geograficidade à condição espacial da existência do homem em qualquer sociedade. O equivalente do que em filosofia Heidegger designa a mundanidade do homem. Ou em outro contexto Hegel designa o ser-estar do homem no mundo. (MOREIRA, 2004, p. 32).

É pelo metabolismo do trabalho, portanto, que a coabitação se estabelece, o mundo aparece como construção do homem e o espaço se clarifica como um campo simbólico com toda a sua riqueza de significados. Um significado que só pode ser para o homem. Enquanto isso não acontece, a relação homem-espaço-mundo é uma duplicidade do de dentro e do de fora, até que a troca metabólica funde o homem e o mundo num mundo-do-homem. E, é isto a geograficidade. (MOREIRA, 2007, pp. 64-65).

Os sertões de Graciliano Ramos, Mário de Andrade e Guimarães Rosa são e não são um mesmo. São a regionalidade concreta do recorte do espaço localizado e são a universalidade abstrata do homem no mundo, ao mesmo tempo. Isso porque o sertão é a geograficidade. É o combinado ser-espaço-tempo, a experiência de espaço e tempo que define o espaço como modo espacial de existência do homem. (MOREIRA, 2013, p. 157).

Estamos no campo da ontologia. A geograficidade colocada como um modo de existência. Apesar desta certeza, essas três passagens nos lançam em um oceano de definições e perspectivas teóricas distintas e que precisaremos encaixar em uma estrutura que nos possibilite vislumbrar este conceito no todo de seu trabalho. Põe-se, de imediato, questões: quais autores atuam nestas definições? Que é espaço para Moreira? E trabalho? Com a geograficidade estamos no campo do ser ou do ente? Da essência ou da experiência? Deslindemos estas questões, conceitos e categorias para, então, tentar reconstituí-las.

Primeiro ponto que se pode observar, atravessando os três desenvolvimentos dados acima à geograficidade, é a articulação e relação desta com o conceito de espaço. Este, para Moreira, “é o objeto da geografia. O conhecimento da natureza e das leis do movimento da formação econômico-social por intermédio do espaço é o seu objetivo” (MOREIRA, 2013, p. 63). Partamos daqui.

Além de objeto de uma ciência particular, espaço é também produto. Deriva de processo dialógico com a coabitação. Cria-a e por ela é criado. “Olhando o mundo, vê-se que é formado pela diversidade. Povo-a o pluralidade: vemos as árvores, os animais, as nuvens, as rochas, os homens” (MOREIRA, 2007, p. 63). É nesta pluralidade do diverso que o homem se vê em um mundo, dando-lhe unidade. O primeiro elemento que emerge dessa observação da diversidade é a localização. Cada ente, para ser visto, tem de estar na paisagem, localizar-se nela. Identificada a localização, emerge a distribuição como “sistema de pontos da localização”. Os entes estão, portanto, localizados em relação uns aos outros, dentro de um conjunto distributivo apreendido pelo olhar. O limite desse conjunto distribuído de localizações, “no horizonte do recorte do olhar” (MOREIRA, 2007, p. 63), definirá uma extensão. Essa extensão, na medida em que define uma unidade da diversidade apreendida pelo olhar, põe-se como o objeto da ciência geográfica, como espaço, portanto.

Por força da diversidade, o homem que a observa a vê, em primeiro lugar, como uma localização de coisas na paisagem. Cada localização fala de um tipo de solo, de vegetação, de relevo, de vida humana. Destarte, a localização leva à distribuição. A distribuição é o sistema de pontos da localização. Assim, a distribuição leva por sua vez à extensão. A extensão é a reunião da diversidade das localizações em sua distribuição no horizonte do recorte do olhar. E pela extensão a diversidade vira a unidade na forma do espaço. O espaço é, então, a resposta da geografia à pergunta da unidade da diversidade. De modo que, a coabitação, que une a diversidade diante de nossos olhos, é a origem e a qualificação do espaço. A coabitação faz o espaço e o espaço faz a coabitação, em resumo. (MOREIRA, 2007, p. 63).

Da coabitação entre objetos, localizados em um sistema de distribuição, nos limites de uma dada extensão, deriva o espaço, sendo este mesmo espaço o que permite a identificação desta coabitação na tríade localização-distribuição-extensão. Espaço como unidade das diferenças, como tensão entre contrários. Pela localização emerge a identidade: o olhar voltado para um centro, uma referência, opondo-se à distribuição, que fala do diverso, da alteridade. Oposição alteridade-centralidade que Moreira também identifica nos binômios unidade-diversidade, homogenia-heterogenia e identidade-diferença (MOREIRA, 2013, p. 89), sendo que “esse naipe de contradições vai conduzir as relações espaciais no sentido da hegemonia e da coabitação, como forma de dar-lhes encaminhamento” (MOREIRA, 2013, p. 90), estando na centralidade – localização – a disputa pela hegemonia e na alteridade – distribuição – os conflitos a se resolverem

na coabitação. Em ambos os casos, é o espaço que emerge como resposta unitária, configurando um objeto para a ciência que os analisará.

Este encaminhamento formal, dado por Ruy Moreira, constitui o espaço como materialidade. Não como “suporte, substrato ou receptáculo”, mas como algo produzido, “um ente social” (MOREIRA, 2013, p. 64). Espaço, enfim, como produto e realidade objetiva socialmente construída.

[...] a formação espacial deriva de um duplo conjunto de interações, que existem de forma necessariamente articulada: a) o conjunto das interações homem-meio; e b) o conjunto das interações homem-homem. Tais interações ocorrem simultânea e articuladamente, sendo, na verdade, duas faces de um mesmo processo. (MOREIRA, 2013, p. 65).

Esta formulação dada ao conjunto de interações – relações de coabitação – nos aproxima do pensamento de Marx. O principal ponto de contato entre o marxismo e a geografia é, afirma Moreira, a categoria trabalho. E essa aproximação se dá pela mais primitiva necessidade humana: subsistência. “O trabalho é essa atividade de transformação da natureza em meios de subsistência e de produção de novos meios sempre repetidamente” (MOREIRA, 2004, p. 29). Esse posicionamento assenta-se diretamente nos textos de Marx, já desde os Manuscritos econômico-filosóficos, perseguindo-o até O capital. A centralidade do tema, nesse contato proposto por Moreira, pode ser diretamente observada n’A ideologia alemã, onde se afirma o suprir das necessidades naturais como o garantidor da possibilidade da história:

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX & ENGELS, 2007, p. 33).

Possibilitar a história – e ser, portanto, o primeiro ato histórico – é garantir a reprodução da própria vida, suprindo as necessidades incontornáveis da espécie. No alimento, na moradia e em suas reproduções, assenta-se o movimento matriz da relação entre sociedade e natureza, movimento ainda perdurando hoje, pois constituinte de ponto inexorável da existência humana. O trabalho, enquanto ação humana, age sobre a própria relação entre o homem e a natureza, regulando-a, objetivando a apropriação desta como recurso, como matéria útil.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p. 255).

Considerando a relação homem-natureza, o trabalho, advindo do homem, age sobre essa relação, encarando a natureza como potência e objeto, ao passo que condiciona a forma de agir do homem, sem deixar de ser, ao mesmo tempo, uma obra deste. Estabelece-se, mediante o trabalho, uma nova relação homem-natureza, perpetuando o processo metabólico. Lukács resume este repór da relação atravessada pelo trabalho ao afirmar que “a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua auto atividade” (LUKÁCS, 2013, p. 43). O avanço do trabalho resulta, portanto, de sua própria atividade, tendo como gatilho sua necessidade prima.

Lukács, em seu extenso desenvolvimento sobre o tema, em *Para uma ontologia do ser social*, afirma que das categorias decisivas que compõem o complexo do ser social, apenas o trabalho não pressupõe o salto ontológico como dado, mas participa de sua própria possibilidade.

Todas as outras categorias dessa forma de ser [ser social] têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído. [...]. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição. (LUKÁCS, 2013, p. 44).

O trabalho “assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 44), precedendo – ou autorizando – a emergência do próprio ser social, justamente por ser o ponto nodal da possibilidade mesma da existência humana. Ponto nodal do salto, mas também categoria permanente, sendo a mutabilidade – ou a dialética – do próprio trabalho que o mantém nessa condição “a-histórica”, “eterna”, ainda que absolutamente condicionada pelo contexto, i.e., pelas necessidades postas e as condições de suprimi-las, além de por sua própria história, pois os avanços e determinações do passado alteram suas possibilidades para as formas atuais e futuras. Nesse sentido argumenta Lessa que “o trabalho [...] apenas pode ser a

categoria ‘eterna’ do mundo dos homens porque assume, a cada instante da história, configurações distintas que são irrepetíveis (portanto, únicas), pois portadoras de todo desenvolvimento do passado” (LESSA, 2005, p. 75).

Considerado já dentro das condições do social, de sua auto reprodução, o trabalho evidencia-se como pôr teleológico, como “surgimento de uma nova objetividade” (LUKÁCS, 2013, p. 47). Esta noção, também vista por Aristóteles e Hegel, distingue-se em Marx pelo fato deste não o aceitar como parte da natureza ou da história – o que exigiria algo como um espírito absoluto que lá o colocasse. Para ele, na forma do materialismo, o pôr teleológico se insere como elemento autorreprodutivo do homem, sendo característica particular ao ser humano.

Em conhecida passagem d’O capital, Marx (2013, pp. 255-56) ilustra este processo ao comparar o trabalho do tecelão com as operações realizadas por uma aranha. Enquanto esta realiza sua tarefa de modo mecânico, orgânico, o tecelão, ainda que imperfeitamente, projeta antes na consciência aquilo que só depois materializará. Não se trata mais de mera alteração da forma, mas de autoconsciência sobre a determinação dos processos de atuação sobre o objeto (natureza) com vistas a um fim específico. “O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente” (MARX, 2010, p. 84), i.e., o homem submete sua necessidade à sua consciência, no sentido de que usa esta para solver aquela de forma livre, não determinada – ou autodeterminada. Movimenta-se assim a subjetividade humana para fora de si, condicionando e reestruturando o mundo exterior. O produto do trabalho torna-se a materialização da capacidade humana de produzi-lo. “O objeto que é produto dessa atividade [o trabalho] é extensão objetiva de uma existência subjetiva, ou seja, é externalização da capacidade humana para a consecução dessa mesma atividade” (RANIERI, 2001, p. 30). Trabalho como fluxo de exteriorização da subjetividade do homem, condicionando a natureza à sua própria imagem. Para alcançar seu pôr, exige ainda do homem um controle muito grande sobre si, físico e mental, requalificando estas suas características ao orientá-las para aquele objetivo.

(...) o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos e verificar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado possível. Esse domínio da consciência do homem sobre o seu próprio corpo, que também se entende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos, é uma exigência elementar do trabalho mais primitivo e deve, pois, marcar profundamente as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige, para consigo

mesmo, uma relação qualitativamente diferente, inteiramente heterogênea daquela que corresponde à condição animal, e uma vez que tais exigências são postas por todo tipo de trabalho. (LUKÁCS, 2013, p. 129).

O trabalho acaba por atuar sobre e transformar, desde suas bases, o corpo e o espírito do homem que trabalha, a partir do pôr teleológico, assim como o faz com a natureza, ponto seminal do argumento de Ruy Moreira. O trabalho, extrai de Lukács, opera como metabolismo entre o ser humano e a natureza. “Ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza” (LUKÁCS, 2013, p. 44). Evidencia-se o aspecto da materialidade do trabalho nessa premência mais imediata da necessidade, pondo o indivíduo face à diversidade – a natureza –, coabitando-a, para poder dela dispor. Como relação, o trabalho dá-se conjuntamente à tríade localização-distribuição-extensão, condicionando-a e sendo por ela condicionado. “É pelo metabolismo do trabalho, portanto, que a coabitação se estabelece” (MOREIRA, 2007, p. 64). A coabitação, porém, não é privilégio da relação homem-meio, mas indutora também de um espaço como produto social, como relação homem-homem. Atuar face à natureza é igualmente objeto de tomada de decisões socialmente determinadas, fazendo do trabalho um “agente de transformação do homem de um ser animal para um ser social” (MOREIRA, 2013, p. 65); “a origem da história”, nas palavras de Gerd Bornheim (1992, p. 108).

A preocupação de Moreira com a relação entre espaço e trabalho, no que tangencia nosso objetivo nesta dissertação, é ditada pelo enfoque ontológico por ele perseguido. Extraíndo de Lukács a perspectiva discursiva do salto ontológico, nosso autor em tela atrela a ideia de alteração da relação de essência e existência próprias ao sujeito e à natureza, à dialogia coabitação-trabalho. O espaço, emergindo da/com a coabitação, constitui-se como inerência ao metabolismo trabalho, atrelando-se à ontologia do ser social. Institui-se assim o espaço como elemento fundante do ser, imediatamente a sua estruturação como resultando da ação pelo trabalho, donde pode Moreira afirmar que “o espaço é essencialmente um ente social” (MOREIRA, 2013, p. 64). Põe-se assim, mediante o trabalho, o espaço como ser – pois fundamento do homem – e como ente – pois obra dele.

Concatena-se no sertão – aquele da literatura – o conceito de geograficidade. “O sertão é a geograficidade”, afirma Ruy Moreira (2013, p. 157), sem mais rodeios. É então o sertão “condição espacial do homem” e “modo espacial da existência do homem”. A geograficidade é, entende-se do conjunto, a forma espacial como o ser humano existe. Estructuremos.

O sujeito que habita o sertão o tem como o jeito próprio de se viver. Viver aí não é o mesmo que viver em qualquer outro lugar. Viver no sertão é viver o sertão. É viver

“sertanejamente”. Identificam-se nele elementos que lhe são próprios: um tipo de solo, um tipo de casa, um tipo de planta, um tipo de homem e um tipo de mulher. Identificar esses elementos é também localizá-los: estão no sertão pois estão localizados em algum lugar dentro dele. Identificar esses elementos é também colocá-los em relação: qual elemento, para o quê, da parte de quem? Qual alteridade se põe a este elemento? Qual a relação dele com este Outro? E desse conjunto de relações se desprende a extensão: até onde isso se dá? O que posso agregar como componente plasmado dessa relação? Responder essas questões é encontrar o espaço. A unidade temática dessas questões, que partem do ponto e vão à superfície, atravessadas pela coabitação, pela alteridade, responde pelo nome de espaço. Inclui-se aí, em absoluto com menor peso, o tipo de relação que define essa espacialidade. Sabemo-la ser o trabalho. A relação homem-meio e homem-homem é dada via trabalho. E é desse metabolismo que emerge a reposição de todo o conjunto de relações estabelecidas espacialmente: requalifica-se a localização, a distribuição e a extensão, requalificando-se a coabitação e, enfim, o trabalho, suprassumindo dialeticamente o próprio movimento gerador. É esse conjunto de relações espaciais com o trabalho que caracteriza a geograficidade: um modo espacial de existência do homem. Cada conjunto particular desse processo configura um modo espacial de existência particular, uma geograficidade particular, portanto. Dizer ser o sertão a geograficidade indica a particularidade de seu conjunto espaço-trabalho, definido por e definindo um conjunto de relações homem-meio e homem-homem particular, identificada como sertão, i.e., o sertão é uma geograficidade.

Elvio Martins e a humanidade plasmada espaço-temporalmente

Tornado público em 2007, o artigo Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser, nos aparece como o mais reproduzido trabalho de Elvio Martins onde o termo geograficidade aparece explicitamente grafado. De todo modo, outros trabalhos do mesmo autor podem auxiliar a cercar o todo – tanto quanto possível – da estrutura de sua posição sobre esta ideia, principalmente sua tese de livre docência Geografia e filosofia: o fundamento geográfico do homem. Aos fins desta, Martins intitula a última seção do último capítulo de “Geograficidade: uma fundamentação não fenomenológica-

ca". Ainda no primeiro parágrafo encontramos que

Nossa proposta aqui é dar a esta designação [a geograficidade] uma fundamentação que ultrapasse a fenomenologia, isso porque a consideramos ausente de uma essencialidade fundamental, dando à subjetividade humana uma legitimidade independente de seu relacionamento com as formas de reprodução material de uma sociedade. Nossa indisposição com a fenomenologia advém de uma certa ingenuidade ontológica, para dizer o mínimo. A ingenuidade está relacionada especialmente com a forma de encarar o problema do ser do homem. (MARTINS, 2017, pp. 326, 327).

É possível encontrar um lastro nesta afirmação que remonta o afastamento que Martins indica ter com relação a Heidegger. Há, para além de uma indisposição com relação à ideia de geograficidade proposta pelos geógrafos humanistas, o estabelecimento de um limite com o próprio desenvolvimento da fenomenologia enquanto filosofia. A proposição aqui defendida acompanha sua crítica à falta de aproximação do pensamento fenomenológico ao atrelamento do trabalho na composição da própria subjetividade.

As linhas que seguem esta primeira afirmação são carregadas em tintas críticas aos escritos de Eric Dardel, particularmente em seu *O homem e a terra*. Não nos fiaremos estritamente ao desenvolvido neste trecho em relação a estas indisposições, mas àquilo que nos auxilie a entender a resposta que Martins propõe à fragilidade indicada.

De um modo bastante direto o que se pode colocar é que, segundo o geógrafo que ora acompanhamos, “subjaz ao pensamento de Dardel uma metafísica ancorada numa subjetividade autônoma em sua autodeterminação e constituição, numa situação que abstrai o contexto da inserção objetiva do homem em sua relação com o mundo” (MARTINS, 2017, p. 332). Ao indicar sua contrariedade à geograficidade proposta pelos geógrafos humanistas, aponta à falta de historicidade presente nesse tipo de proposição. Há para eles, aponta, um conteúdo que se apresenta aprioristicamente aos desígnios humanos, rompendo com a possibilidade de pensar o mundo como resultado da objetivação dos indivíduos socialmente determinados em sua relação com os entes em geral. Não há para Dardel, afirma-se, nenhum tipo de determinação objetiva que participe na composição da subjetividade, posto que essa se expressa como “vontade”, “inquietação” e “amor” no estabelecimento de uma “relação concreta”, e não justamente esta relação como responsável pelo emergir de um “destino” ou, melhor dizendo, de um sentido. O que está colocado no raciocínio dardeliano é um “apelo à subjetividade ingênua” (MARTINS, 2017, p. 328), incapaz de fazer real oposição ao empirismo cientificista tal como pretendia, uma vez que transfere a metafísica do “objeto a se descobrir” para o

“o objeto a ser posto”. Não há de fato nenhuma relação, pois os desígnios humanos subjetivos estão colocados como condição inicial.

Por ponto de partida para que se estabeleça uma estrutura inteligível do que propõe Martins, coloquemos os entes como condição. Nesse nível estamos no campo das ligações que se estabelecem a partir da necessidade de sobrevivência da humanidade, gestando daí uma ordem tópica. “A sobrevivência funda a ordem tópica e mediante esta se estabelece, se reproduz e tem aqui sua dimensão objetiva” (MARTINS, 2017, 337). É mister reforçar que aqui estamos no campo das determinações objetivas e esta parcela do desenvolvimento teórico aqui perseguido é incontornável, inclusive em sua oposição à fenomenologia geográfica dardeliana. Temos no outro polo aquilo que se desenvolve mediante a apropriação subjetiva do campo das determinações objetivas. A existência em sua relação com a Geografia tornada possível, pois resultado da subjetivação das ligações entre as demandas da sobrevivência e o estabelecimento de uma ordem tópica. Precisamente da dialética aí estabelecida, dá-se origem a um sentido: “A existência é a apropriação subjetiva desta dimensão objetiva que se estabelece mediante os princípios geográficos. Será nestes princípios que o sentido se mostrará explícito” (MARTINS, 2017, pp. 337-38). O movimento aqui descrito é o que põe, como partes necessárias do estabelecimento de uma ontologia geográfica, o campo objetivo e sua subjetivação no contexto das necessidades humanas e da práxis social. “A sobrevivência está para a existência, assim como a ordem tópica está para os princípios geográficos. Um está no outro, na unidade do objetivo e do subjetivo” (MARTINS, 2017, p. 338).

O que se apresentou como processo de subjetivação é o estabelecimento de uma relação entre as dimensões objetivas e subjetivas da realidade. Esta relação é tratada por Martins como trabalho, em sua acepção marxiana. É ele quem viabiliza o atrelamento da ordem tópica à existência e daí à geografia.

A ordem tópica e os princípios geográficos, no contexto de passagem da sobrevivência à existência, nos apontam o caráter condicionado do ser pela geografia. Martins, quando retrata o ser como sentido, está apontando diretamente aos princípios geográficos que ordenam a apropriação e subjetivação humana dos entes em geral.

Nestes termos, todos os entes estão diante do homem localizados, distribuídos, distanciados, extensos, com maior ou menor densidade. Assim, o homem está imerso em sua geografia ou, mais exatamente, na geografia de seu mundo. Damos com isso a condição histórica e geográfica do sentido. Trata-se do fundamento geográfico do ser, posto que o ser é o sentido. (MARTINS, 2017, p. 339).

Está aqui, no que se denomina o fundamento geográfico do ser, a geograficidade “com os pés fincados no chão”. Tem-se dessa maneira uma passagem do contexto da objetividade à geografia como um fundamento ontológico. “A geografia passa a ser agora categoria da existência. Revela-se como fundamento ontológico da definição do ser de um ente” (MARTINS, 2007, p. 40), o que autoriza Martins a conclusão de que

Mediante isso, ter consciência geográfica é ter compreensão do Sentido de Localização, é ter para si a trama de relações das distâncias qualitativas de extensão variada a qual o ser está inserido, em quais nexos de ritmos está envolvido, ou seja, em quais tempos geográficos seu cotidiano está mergulhado. (MARTINS, 2007, p. 48).

Há, portanto, a indicação da existência de uma consciência geográfica capaz de reconhecer o conjunto de determinações objetivas e subjetivas que fundamentam sua própria existência, particularmente em suas fundamentações geográficas. Entretanto, e à guisa de conclusão, há um bloqueio neste processo em sua plena realização.

Martins acompanha, vimos, muito da fundamentação que Marx e parcelas da teoria marxista dão à estruturação da realidade. Neste sentido, a construção até aqui desenvolvida tem de ser pontuada também em seu atravessamento pela alienação. Segundo o geógrafo, há um curto circuito. Na medida em que temos no trabalho nossa condição ontológica e é através dele que transcendemos o contexto da pura sobrevivência, a impossibilidade de suprassunção da alienação se estabelece por estar cravada no seio deste momento original, ou seja, cada instante de satisfação da necessidade reproduz consigo um estágio alienado, repondo esta condição inicial, ainda que na forma de algo novo. Esta condição se torna mais próxima do que desenvolvemos aqui se pensamos nas condições geográficas e na ordem tópica estabelecidas e no cotidiano que se reproduz a partir delas. Ainda que haja uma reposição aparentemente singular da subjetivação que estabelece as relações de existência a partir da ligação entre sobrevivência e ordem tópica, essa reposição se fará tendo como base uma realidade já alienada, portanto “onde a condição da alienação continuar presente, ou seja, por mais que exista a afirmação de uma identidade (ou várias), continua a existir a condição da perda de si mesmo” (MARTINS, 2017, p. 313). Na manutenção da alienação – dada sua base constitutiva na propriedade privada –, qualquer necessidade suprida ou identidade produzida é incapaz de fazer emergir uma existência autêntica. A geografia, enquanto fundamento

do ser, dá-se como forma alienada na relação com a existência. O que se instaura e reproduz a partir disso é justamente uma geograficidade alienada.

Mariane Biteti e as dimensões do ser geográfico

Já encaminhando as considerações finais de sua dissertação de mestrado, Mariane Biteti pontua que “a filosofia de Sartre é [...] a base do entendimento do espaço como o em-si-para-o-outro-para-si” (BITETI, 2007, p. 158), interpretação que carregará para a estruturação de sua tese de doutorado e a qual tentaremos acompanhar. Nesta, a geógrafa desmembra a ideia apresentada anteriormente, em três categorias: presenticidade, alteridade e geograficidade – em-si, para-o-outro e para-si, respectivamente. Não se tratando de necessidade teórica, mas de praticidade expositiva, posto que nenhuma destas categorias é início ou destino, apenas “expressam momentos do movimento que se refaz continuamente” (BITETI, 2014, p. 100) – característica incontornável da dialética –, a construção textual aqui explorada focará na geograficidade – e no para-si –, posto se tratar de nossa categoria em análise.

Em seu livro *O ser e o nada*, Sartre dedica extensas páginas sobre a questão do Para-si, considerando estar nele o lócus da questão sobre a subjetividade e a própria possibilidade humana do conhecimento. Trata-se de debate inicialmente gnosiológico, mas que se desdobra conjuntamente em fundamentação ontológica do ser humano. Entendamos isso a partir da análise de um conjunto de afirmações do próprio filósofo. O “Para-si é um Em-si que funda seu próprio nada” (SARTRE, 2015, p. 130). O Para-si, na condição de subjetividade que é mesmidade (idêntica a si mesma, como o Em-si, que é coisa cujo ser é idêntico a si mesmo), ao identificar o Em-si como algo fora de si, percebe-se como negatividade, como não sendo aquele Em-si, sendo um negativo idêntico a si mesmo, descobrindo-se, portanto, nada. Se é o nada, como pode ser? “O Para-si é responsável em seu ser por sua relação com o Em-si, ou, se preferirmos, ele se produz originariamente sobre o fundamento de uma relação com o Em-si” (SARTRE, 2015, p. 223). Na medida em que o Para-si é o nada e o Em-si é a pura identidade (mesmidade), o fundamento do ser do Para-si é criação do contato deste com o Em-si, pois é nessa relação que o Para-si se possibilita perceber como negatividade da pura identidade. É, portanto, a relação que funda o ser, tanto o ser-Para-si como aquilo que é o que não é, como o Em-si enquanto aquilo que não é o que é, sendo este último “o

que é” o próprio ser-Para-si.

Neste movimento do desvelar do ser, Sartre identifica a própria emergência da consciência, na medida em que esta é “um ser para o qual, em seu próprio ser, está em questão o seu ser, enquanto este ser implica outro ser que não si mesmo” (SARTRE, 2015, p. 233). Ora, a consciência é autorreferente apenas porque pode se identificar enquanto ser após sua nadição consequente da relação com o Em-si, portanto a própria consciência só pode se identificar enquanto tal, e relacionar-se consigo, pois identificou-se enquanto o negativo de algo fora de si mesma. É esta ponte entre a exterioridade e a interioridade que estabelece, através do negativo, a existência. Segundo o filósofo “é presente a mim aquilo que não sou” (SARTRE, 2015, p. 235), portanto posta-se como presença ao Para-si a negatividade, isto é, o Em-si, precisamente aquilo que lhe é externo. O ser-Para-si, na impossibilidade original de se perceber, por ser pura negatividade, só pode perceber a si, e mesmo ter o próprio ser como objeto da consciência, tendo presente o mundo. No mesmo sentido, ele afirma que “a coisa é o que está presente à consciência como não sendo a consciência” (SARTRE, 2015, p. 235), logo, aquilo que aparece não aparece enquanto não-Para-si, mas é o próprio Para-si que a estabelece a partir de sua própria negatividade, pois o Em-si, enquanto mesmidade, nada diz. Na medida em que o desvelar das coisas não é uma consequência da relação entre dois seres, mas é a própria relação, “o conhecimento aparece, portanto, como um modo de ser” (SARTRE, 2015, p. 236), uma vez que ele conhece enquanto é.

No processo do conhecer, a espacialidade surge como participante necessária, uma vez que aquele Em-si que se apresenta como algo fora, no mundo – portanto extenso –, só se viabiliza na mesma medida em que o Para-si, enquanto negatividade do Em-si – consequentemente também do que é extenso –, descobre-se e se realiza na relação enquanto algo sem extensão. Nas palavras de Sartre,

A revelação da espacialidade do ser constitui uma única e mesma coisa com a apreensão não-posicional do Para-si por si mesmo como inextenso (...) porque é pela extensão e na extensão do Em-si transcendente que o Para-si se faz anunciar e realiza sua própria inextensão. (SARTRE, 2015, p. 241).

Descobrir-se como interioridade, subjetividade, é também parte da dinâmica de criação daquilo que é externo e extenso. O espaço, portanto, surge conjuntamente enquanto relação.

A relação estabelecida entre o Para-si e o Em-si em sua transcendência é também o estabelecimento de um projeto e de uma situação. Para Sartre, “realizo um projeto na

medida que lhe dou ser, mas realizo também minha situação na medida que a vivo, que a faço ser com meu ser” (SARTRE, 2015, p. 242). Neste contexto, a relação, o conhecimento, não se dá apenas face e junto ao nada, mas ao nada como aquilo que se põe como limite de um mundo, este que se realiza justamente através da relação. Sobre este mundo e as categorias que o cercam, cabe voltar ao texto novamente.

Com efeito, uma totalidade subentende uma relação interna de ser entre os termos de uma quase multiplicidade, da mesma forma que uma multiplicidade subentende, para ser multiplicidade, uma relação interna entre seus elementos; neste sentido, a própria adição é um ato sintético. A totalidade só pode vir aos seres por um ser que tem-de-ser, na presença a eles, sua própria totalidade. É exatamente o caso do Para-si, totalidade destotalizada que se temporaliza em perpétuo inacabamento. (SARTRE, 2015, p. 242).

O Para-si, na condição original de negatividade, é sempre vir a ser, inclusive aquilo que é seu direto oposto, a totalidade. Neste sentido, a própria ideia de totalidade – seja no que tange o elemento comum, que agrega os diferentes Em-si em torno da noção de uma multiplicidade que compõe um totalidade, seja esta própria multiplicidade, em seu caráter de ser síntese dos diversos – é possibilidade que emerge na relação do Para-si com o Em-si, na medida em que é a negação do Para-si. Assim, o permanente movimento de não-ser do Para-si é também criação perpétua de mundo, de totalização, o que faz dele próprio uma totalidade, ainda que uma totalidade negativa – caráter este, inclusive, que coloca a adição de novos seres como um movimento de síntese junto a uma totalidade. No movimento dialético do par Para-si/Em-si há um processo perene de criação da totalidade, mediante uma dinâmica permanente de sínteses. Cabe aqui a dúvida se, nesta indicação sobre este movimento dialético, sendo o Para-si a negatividade, ele assume o papel de antítese ou tese, na chave mais simplificada de pensamento sobre o tema? Nessa forma proposta por Sartre os elementos do par dialético se fundam simultaneamente, mas apenas um deles enquanto subjetividade, o que colocaria sua preponderância na relação entre as partes, considerando que o objeto “responde” àquele que pergunta. Pode-se considerar, porém, que a própria pergunta se dá no contexto das possibilidades entregues pelo objeto. Este objeto, por sua vez, assim como aquele que pergunta, posteriormente a este universo do debate gnosiológico aqui desenvolvido, já se dão lançados em um mundo que se apresenta, necessariamente, como síntese da relação original do Para-si com o Em-si. Há uma trave neste ponto. No campo do debate sobre a possibilidade do conhecimento proposto por Sartre, as coisas

se dão como se a emergência do eu e do objeto se desse num contexto pré-dialético, ou ainda, num momento onde ambos os elementos são, imediatamente, tese, antítese e síntese. Neste tratar da gnosiologia que vimos acompanhando, foge-se do mundo como condição de partida, ainda que a fronteira com a ontologia seja transposta a todo momento. Sigamos, porém.

O movimento estabelecido entre o Para-si e o Em-si, no que se refere à identificação da totalidade, só se realiza no contato do Para-si com objetos isolados, mas que tenham ao fundo o mundo. Sartre avança:

A presença ao mundo do Para-si só pode se realizar por sua presença a uma ou várias coisas particulares, e, reciprocamente sua presença a uma coisa particular só pode se realizar sobre o fundo de uma presença ao mundo. A percepção só se articula sobre o fundo ontológico da presença ao mundo, e o mundo se desvela concretamente como fundo de cada percepção singular. (SARTRE, 2015, p. 243).

O Para-si, no seu descobrir-se através do Em-si, o faz também mediante a fundação de uma exterioridade que é, além de um singular, ou uma multiplicidade destes, uma exterioridade que se opõe à totalidade negativa do Para-si, portanto um mundo que é a própria totalidade, acompanhando o raciocínio heideggeriano. Aqui um apontamento de Gerd Borheim é preciso: “O espaço se configura, assim, como idealidade do fundo que se pode desagregar em formas” (BORNHEIM, 2011, p. 78), indicando que ser idealidade do fundo, em sua possibilidade de desagregação, é identificar o espaço como a relação externa possível entre a multiplicidade e a totalidade. É justamente o espaço quem viabiliza a identificação destas duas partes e o trânsito entre elas. Sartre avança: “se o Para-si há de ser o nada pelo qual ‘há’ ser, só pode haver ser originariamente como totalidade. Assim, portanto, o conhecimento é o mundo” (SARTRE, 2015, p. 244). Se a relação original é entre o Para-si, descobrindo-se como nada, e o Em-si como aquilo que ele não é, aquilo que é – o Em-si –, é imediatamente tudo o que existe, portanto o mundo. Sobre este ponto nos interessa novamente um comentário de Borheim (2011, p. 61), para quem “na medida em que o Para-si se explica pela privação, ele reclama o possível. (...) O possível aponta ao mundo”. Aqui, sendo o Para-si a constatação de que ele mesmo não-é, ser passa a compor o campo das possibilidades; possibilidades estas que se dão justamente naquilo que está fora de si, i.e., no mundo. Ou seja, o Para-si, a partir de sua nadificação, se constrói enquanto

o possível dado no e pelo mundo. É deste pressuposto que se pode derivar muito do debate sartreano sobre a liberdade, pois estando o Para-si em perpétua condição de falta, está-se em permanente condição de possibilidade. Da mesma maneira, podemos aproximar isso, que caminha do gnosiológico para o ontológico, ao campo contingencial que determina/possibilita a ação humana na geografia e também a partir dela, já que ela é também contingência para o Para-si. Apontar ao mundo é considerar que a autoconstrução do eu se dá no movimento em direção à exterioridade, na ação ou, ainda, na práxis. Aqui já encontramos o gancho possível para retomar o diálogo direto proposto por Biteti, para quem

O movimento aqui aparece como mudança de qualidade na qual o ente afirma-se em seu ser, superando a dimensão ôntica do estar, afirmando uma ontologia espacializada. Isso é a geograficidade admitida como condição espacial de existência do ser, sentido do ser geográfico que se manifesta também como consciência espacial. (Biteti, 2014, p. 104).

Afirma-se, enfim, o lugar de uma condição espacial de existência do ser, condição que será nomeada por Biteti de geograficidade. Está se pondo em diálogo aqui este lançar-se do Para-si ao mundo, possibilitado pela identificação do espaço como condição intrínseca ao contato entre os diferentes entes, à existência da própria multiplicidade. Ser necessariamente espacial põe inclusive o homem como portador de uma ontologia inerentemente espacializada; a geograficidade como “um modo de ser do homem” (BITETI, 2014, p. 104).

Conclusão

É a geograficidade o que os geógrafos fazem dela? Olhar para a produção acadêmica brasileira que utiliza, em algum grau, o termo geograficidade, é olhar para algumas centenas de caixas-pretas, ou seja, articula-se a ideia, de modo geral, num contexto de independência da explicitação de sua estruturação teórica ou de qualquer debate ainda em aberto que acompanha o termo. Em diversos casos elas de fato congregam todo um conjunto complexo de teorizações e dão encadeamento ao texto; em outros tantos, porém, é conceito blindado ao próprio articulador dele, sendo sua análise – ou a abertura da caixa-preta – um tanto atravancada pela mistura de filiações diretas ou indiretas que o autor propõe. Trata-se, todavia, de termo nitidamente já absorvido pela

ciência geográfica brasileira, cabendo agora apenas uma observação sobre a forma e os dados dessa incorporação. Consideramos com maior expressividade na produção acadêmica em geografia no Brasil que utiliza, em alguma escala, o termo geograficidade, três quadros distintos: Dardel, Michotte e o uso livre, i.e., sem afiliação explícita.

Havia, ainda no contexto do início desta pesquisa, a expectativa de que o nome de Dardel fosse o de maior recorrência nas citações e articulações teóricas, o que se confirmou. Essa aproximação da geografia com o pensamento dardeliano, no Brasil, deriva das pesquisas que gravitam, desde a década de 1970, a produção de Livia de Oliveira na Unesp, particularmente no campus de Rio Claro, onde se entrencharam geógrafos que fizeram oposição não marxista à geografia quantitativa da época (MARANDOLA JR. & GRATÃO, 2003). Se ali o pensamento de Yi-Fu Tuan e Edward Relph ecoava com vigor, é particularmente após as pesquisas de Werther Holzer que o nome de Dardel passa a ser reproduzido nas universidades brasileiras, na senda deste grupo humanista que atuava a partir de Rio Claro, o que se intensifica após 2011, data da primeira tradução do livro de Eric Dardel para o português. Já desde 2008, contudo, sediado junto à Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, o Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural (GHUM) vem congregando pesquisadores e promovendo eventos de articulação sobre o tema, como o Seminário Nacional sobre Geografia e Fenomenologia (SEGHUM), que em 2018 realizou sua IX edição; e o Seminário Sabores Geográficos, com sua IV edição realizada em 2017. Desde 2011 também é publicada, junto à Universidade Federal Fluminense, a revista Geograficidade, polo importante de divulgação de artigos atrelados à pesquisas dentro do escopo da geografia humanista.

Esse universo de expansão do pensamento de Dardel veio com lacunas na correlação entre autor e teoria. Se consideramos o peso maior da obra de Heidegger nestes debates, o atrelamento do pensamento humanista dardeliano à obra de Ruy Moreira ou Elvio Martins, repetidamente realizado por inúmeros pesquisadores, ilustra este impulso para a realização de conexões que apenas podem ser feitas ignorando a incompatibilidade teórica entre eles. No entanto, dada a complexidade das teses e interconexões e cisões entre os autores articulados, desloca-se a ideia de geograficidade para a caixa-preta de Bruno Latour, passando a servir como uma resposta, supostamente derivada exclusivamente de Eric Dardel, para os problemas de subjetividade atinentes à pesquisa em ciência geográfica. Esta crescente no uso do termo geograficidade e das ideias dardelianas parece ainda não ter encontrado uma estabilidade teórica, tampouco uma

estruturação que viabilize sua articulação instrumental para a realização das pesquisas para além deste uso deslocado que vem, larga medida, sendo feito.

Com relação a Paul Michotte – e podemos falar também em Yves Lacoste, incorrendo no risco de pecar por aquilo mesmo que tentamos melhor alinhar aqui, que é a consistência teórica – o que se vê é a utilização da ideia de geograficidade por ele desenvolvida, mas de modo absolutamente distante de sua autoria, dado o desconhecimento de seu trabalho por parte dos geógrafos brasileiros – mas também europeus e anglo-saxões. De todo modo, demonstra uma tranquilidade no uso da flexão da palavra geografia que independe de maiores sistematizações. De um modo geral quando um pesquisador fala da “geograficidade de um tal objeto” ou na “geograficidade do autor X”, há implícito o reconhecimento de que aquele pesquisador fala sobre o que há de geográfico ali, ou alguma ideia que orbite essa lógica, não importando realmente a tese de fundo. Atestado desta afirmação é o grande número de usos do termo que prescindem de referência teórica ou bibliográfica, funcionando como um conceito ou uma categoria que já se pressupõe plenamente absorvida pela comunidade de geógrafos, ainda que categorias clássicas da ciência geográfica como espaço, paisagem, lugar, território ou região sejam, até hoje, objeto de disputa e reestruturação teórica.

Considerando a prática que, de um modo geral, vem sendo realizada na articulação das ideias de geograficidade, a geografia que tem se construído ainda não incorporou os esforços de Armando Corrêa da Silva em superar as “deficiências filosóficas” (MACHADO & MARTINS, 2014) da corporação, assim como os dos que seguiram com parte de seu trabalho, tentando alinhar sua efervescência teórica e propondo novas chaves de leitura.

Referências

ANDRADE, Manuel C. de (org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985.

BESSE, Jean-Marc. **Remarques sur la géographicité**. In: DELACROIX, C. *Historicit s*. Paris: La Découvert, 2009. p. 285-300.

_____. Geografia e existência a partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 111-139.

BITETI, Mariane de Oliveira. **Uma reflexão sobre o tema da ontologia na Geografia**.

Disseração de Mestrado. Niterói: UFF, 2007.

_____. **O em-si-para-o-outro-para-si: o ôntico e o ontológico como dimensões do ser geográfico.** Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2014.

BORNHEIM, Gerd. **A invenção do novo.** In: NOVAES, Adauto (Org). Tempo e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Sartre: metafísica e existencialismo.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

CIRQUEIRA, José V. **Geograficidade libertária em Élisée Reclus: contribuição heterodoxa à história da geografia.** Tese de Doutorado. Presidente Prudente: Unesp, 2015.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

HEGEL, Georg W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas : em compêndio (1830) : v. I : a ciência da lógica.** São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HOLZER, Werther. **A geografia humanista anglo-saxônica – de suas origens aos anos 90.** Revista brasileira de geografia. Rio de Janeiro: IBGE, v. 55, n. 1/4, jan./dez. pp. 109-146, 1993.

_____. **Paisagem e Lugar: um estudo fenomenológico sobre o Brasil do século XVI.** Tese de Doutorado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1998.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica.** Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

LACOSTE, Yves. **À bas Vidal... Viva Vidal !** Hérodote, Paris, n. 16, pp. 68-81, 1979.

_____. **Élisée Reclus, une très large conception de la géographicité et une bienveillante géopolitique.** Hérodote, Paris, n. 117, pp. 29-52, 2005.

_____. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 2012.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação.** São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LESSA, Sérgio. **História e ontologia: a questão do trabalho**. Crítica Marxista, São Paulo: Ed. Revan, v.1 n.20, pp. 70-89, 2005.

LUKÁCS, Györg. **Para uma ontologia do ser social**, v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.
MACHADO, Mônica; MARTIN, André. **Dicionário dos geógrafos brasileiros**, v.1. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

MARANDOLA JR., Eduardo; DAL GALLO, Priscila M. **O pensamento heideggeriano na obra de Eric Dardel: a construção de uma ontologia da geografia como ciência existencial**. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege), v. 11, n. 16, jul-dez., pp. 173-200, 2015.

MARANDOLA JR., Eduardo; GRATÃO, Lúcia H. B. **Do sonho à memória: Livia de Oliveira e a geografia humanista no Brasil**. Geografia, Londrina, v. 12, n. 2 – jul./dez. 2003.

MARTINS, Elvio. **Ontologia e geografia: o fundamento geográfico do ser**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 21, pp. 33 - 51, 2007.

_____. **Geografia e filosofia: o fundamento geográfico do homem**. Tese de Livre Docência. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2017.

MARX, Karl. **Manuscrítos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O capital: crítica da economia política : livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MICHOTTE, Paul. **L'orientation nouvelle em géographie**. Bulletin de la Société Royale Belge de Géographie, Bruxelas, ano 45, v. I, 1921, pp. 05-43.

MOREIRA, Ruy. **Marxismo e geografia (a geografia e o diálogo das ontologias)**. GEOgraphia, Niterói, ano VI, n. 11, pp. 21-37, 2004.

_____. **Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo**. etc..., espaço, tempo e crítica, Niterói, n. 1, v. 1, pp. 55-70, 2007.

_____. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2013.

PICKLES, John. **Phenomenology, science and geography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

RAFFESTIN, Claude. **Porquoi n'avons-nous pas lu Éric Dardel ?** Cahiers de géographie du Québec, v. 31, n. 84, pp. 471-481, 1987.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2001.

ROBIC, Marie-Claire. Géographicité. Hypergeo. Disponível em: www.cyberbeo.presse.fr, 2004.

Notas

¹ A expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, a não ser o que nela entra e o que dela sai” (Latour, 2011, p. 04).

² MICHOTTE, Paul. L'orientation nouvelle em géographie. Bulletin de la Société Royale Belge de Géographie, Bruxelas, ano 45, v. I, 1921, pp. 05-43.

³ Segundo Maria Cecília França, tradutora da versão brasileira de *La géographie, ça sert...*, a primeira tradução da obra para o português data de 1977 e foi realizada em Portugal, com poucos exemplares aportando no Brasil (Lacoste, 2012, pp. 10-11, nota de tradução). De todo modo, essa edição ainda não continha as modificações relativas à posição de Lacoste sobre *La Blache*, que só serão incluídas após 1979, quando da publicação de seu artigo *À bas Vidal... Viva Vidal !*, portanto ainda sem a presença do termo geograficidade.

⁴ A tradução só virá em 2011, realizada pelo próprio Holzer, sob o título *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*, publicada pela editora Perspectiva.

⁵ “A matemática trata das abstrações do número e do espaço, mas que são ainda algo do sensível, embora sejam o sensível abstrato e carente-de-ser-aí”. (Hegel, 2012, p.68).

⁶ Pensamos ser necessário apontar neste momento um deslocamento existente entre a proposta husserliana de região ontológica e a forma como ela é incorporada por Holzer. Ao afirmar a geografia como uma “ciência das essências”, o geógrafo indica a posição desta no campo das ontologias regionais. Estas, porém, possuem a função de abordar as categorias e estruturas apriorísticas de uma determinada ciência de fatos. Se é a geografia uma ciência eidética, à qual ciência empírica ela se refere? E se a geograficidade é a essência desta ciência eidética, qual o objeto, e suas categorias determinantes, da ciência empírica subordinada a ela? Aponta-se a “espacialidade humana” como objeto da tese, mas isso nos leva a um segundo problema, que é o do local de encaixe deste objeto na estrutura proposta por Husserl, considerando desta vez um apontamento feito por Pickles (1985, p. 150), onde este indica que, após o estabelecimento da fenomenologia transcendental como responsável pela ponte entre o conjunto das ciências eidéticas e de fatos e a experiência humana imediata, caberá a dois de seus alunos desenvolverem esse tema em duas frentes: a natureza física e o ser humano. Coube a Martin Heidegger a tarefa desta segunda frente. Este irá se aplicar então ao desenvolvimento das categorias relativas ao ser. Em *Ser e Tempo*, assim como em trabalhos posteriores, ele se dedica a tratar de, entre outras coisas, a espacialidade humana em seu aspecto existencial, do que depreendemos que aquele objeto indicado por Holzer em sua tese se encontra no campo da fenomenologia transcendental, em uma discussão sobre a ontologia fundamental, não nas ontologias regionais. Em verdade, os encaminhamentos propostos por Heidegger neste âmbito servem para condicionar o devir da própria ciência geográfica, seus objetos, bem como as categorias e estruturas que uma ciência eidética da geografia poderia vir a formatar. Desconsideraremos, porém, esta divergência no desenrolar deste trabalho de forma a viabilizar o acompanhamento do argumento de Holzer sobre a geograficidade, e nos ocuparemos exclusivamente desta questão em outro momento.